

## **Centro e margens: notas sobre a historiografia literária**

Rita Terezinha Schmidt

O impulso de desbravar novas fronteiras de conhecimento na área de Letras tem se revelado promissor e provocante nestas últimas três décadas. Apesar das ortodoxias que emergem no campo minado onde se digladiam discursos e práticas críticas, definidas como substancialistas (se alinhadas ao campo da estética ou às convenções e códigos da tradição erudita) ou progressistas (se identificadas com o campo político, via de regra, associado à emergência do subalterno), é inegável que as transformações da teoria têm fomentado uma verdadeira revolução nos estudos literários contemporâneos, permitindo questionamentos de várias ordens e de vários lugares sobre o funcionamento da disciplina e a definição de seus objetos, sobre a natureza da instituição literária e seus mecanismos de controle como discursos de valoração e interpretação, bem como sobre forma e função do cânone e sua relação com a narrativa da história da literatura.

Uma das mais significativas decorrências dos novos aportes epistemológicos e seus trânsitos nos estudos literários diz respeito ao deslocamento substancial da definição de literatura como arte ou objeto estético, para a noção de literatura como produção estético-escritural, matéria significativa situada no domínio da cultura. Vale lembrar que a divisão entre os domínios da arte e da cultura nasceu do sistema de diferenciação e classificação dos objetos culturais no âmbito da cultura ocidental moderna, sistema esse que se consolidou a partir do século XVIII. Enquanto o termo “cultura” se referia a práticas tradicionais de caráter coletivo, o termo “arte” foi associado ao objeto singularizado pelos processos de criação e sensibilidade individual. Nesse contexto, se estabeleceu o critério do belo para definir o quadro dos textos designados como grandes obras, o que decretou a sua pertença a um campo de valor sustentado por noções de forma ideal e genuína, uma concreção estética de natureza ontológica e de validade universal, que veio a autorizar a própria possibilidade de tal critério de valoração<sup>1</sup>. A vigência do

---

<sup>1</sup> Terry Eagleton, em seu *A ideologia da estética*, apresenta reflexões pontuais sobre a persistência teórica

sistema binário estético/cultural resultou na cisão entre valor estético (com sua culminância no conceito formalista de literariedade) e valor cultural, definições que traduzem, grosso modo, uma distinção hierárquica entre cultura erudita e cultura popular e, mais recentemente, entre alta cultura e cultura de massa ou midiática, no campo que genericamente denominamos de “cultural”. Essa distinção entre objetos encontrou guarida na clivagem disciplinar entre as Ciências Humanas, uma vez que as Ciências Sociais e a Antropologia passaram a se ocupar de objetos culturais, enquanto os Estudos Literários foram institucionalizados como o campo das belas letras, da arte literária. Na perspectiva das práticas, entende-se que hoje há um enfraquecimento do termo “literário” em seu uso tradicionalmente restritivo, no sentido de “arte”, dependente de uma estrutura de valor culturalmente específica, e um fortalecimento do sentido antropológico, pelo qual o literário é integrado à cultura<sup>2</sup>, um campo de produção histórico-social atravessado por diferentes valores, relações e interesses específicos.

A territorialização do literário na cultura, diferentemente da chamada “contextualização” vigente na prática de historiadores e críticos do século XIX, foi desencadeada, inicialmente, pelos movimentos interdisciplinares da própria teoria nos últimos 30 anos. Jonathan Culler, em seu *Sobre a desconstrução*, denomina “teoria” um gênero heterogêneo composto por uma variedade de textos atrelados a discursos e atividades distintas que, em suas palavras, “extrapolam a moldura disciplinar dentro da qual seriam normalmente avaliados e que ajudam a identificar suas sólidas contribuições ao conhecimento”<sup>3</sup>. Segundo Culler, esse *corpus* teórico não diz respeito a um domínio específico e o que hoje ainda se insiste em nomear como teoria da literatura inclui uma diversidade crescente de pensadores, o que significa dizer que o campo teórico não trata especificamente da natureza do literário ou de critérios específicos de julgamento de valor ou mesmo de questões relacionadas com o ato interpretativo, ou crítica literária *strictu sensu*. As conseqüências dessa abertura, na medida em que possibilitam conjugar saberes antes apartados por critérios normativos e molduras inflexíveis, têm fomentado uma avalanche de reflexões sobre o campo literário

---

do estético no pensamento europeu.

<sup>2</sup> Considerações relevantes sobre essa questão são apresentadas por Stephan Connor em seu *Theory and cultural value*.

<sup>3</sup> Jonathan Culler, em seu *Sobre a desconstrução*, p. 15.

e seus contextos culturais e institucionais e, de modo especial, sobre as determinações que operam nos discursos referenciados em modelos ou paradigmas até pouco tempo não questionados – de tradição, de texto, de leitura, de gosto, de valor. Pode-se dizer que, do ponto de vista da teoria contemporânea para a qual a doxa do pensamento crítico pressuposto no valor da “alta textualidade” é, no mínimo, não pertinente, a literatura passa a ser vista como categoria transitiva, fenômeno histórico contextualizado no campo das formas culturais, inserida, portanto, nos modos de produção material e processos sociais concretos. Por esse viés, aprofundam-se questões sobre a relação da literatura com representações culturais, com modos de subjetivação e com a constituição de identidades, particularmente à luz do reconhecimento das relações saber/poder e poder/saber inscritos nos mecanismos de controle e legitimação do processo de construção das tradições literárias. Essas questões emergem nos debates sobre o caráter idealizado ou essencialista do conceito de literatura que ainda vigora nos discursos em defesas das tradições canônicas, nas histórias da literatura e compêndios que circulam no meio acadêmico e que sustentam uma certa representação da literatura ou “imagem do literário” nos Cursos de Letras<sup>4</sup>. Desnecessário dizer que essa imagem inscreve as estruturas de privilégio e exclusão que a constituem em termos do monopólio de determinados sujeitos da enunciação/representação, assim como da interpretação.

Diante desse quadro, ressurgem o interesse pela história da literatura. É fato que a sua crise como disciplina nos estudos literários vem sendo anunciada desde que os princípios historicista e causalista que lhe deram sustentação entraram em descrédito em razão dos abalos epistemológicos sofridos pela ciência da história e do surgimento de novas correntes de pensamento e de novas concepções, como a da relativização e a da narrativização, que alteram, irreversivelmente, o velho paradigma linear-evolutivo, calcado na possibilidade de uma totalização objetiva direcionada por um telos<sup>5</sup>. Contudo, a crise não parece sinalizar o fim da história da literatura, pelo

<sup>4</sup> Aproprio-me aqui de uma noção desenvolvida por José Luis Jobim, em *Palavras da crítica*, p. 56.

<sup>5</sup> No ano de 1979, o periódico *New Literary History* dedicou um de seus volumes para a discussão sobre a questão: teria a história literária se tornado obsoleta? Nesse sentido, se pronunciou o crítico René Welleck em seu artigo “The fall of literary history”, em *The attack on literature and other essays*. Para uma visão geral das transformações do conceito de história da literatura e sua relação com a identidade nacional no século XIX, ver o texto de Maria Eunice Moreira “História da literatura e identidade nacional brasileira” na *Revista de Letras*, v. 43, nº. 2. UNESP SP jul.-dez. 2003, pp. 59-71.

contrário, fomenta um debate vigoroso sobre a necessidade de reconfigurar seus modelos e métodos considerando-se os novos conhecimentos que emergem da articulação entre teoria e pesquisa empírica sobre o passado, e que exigem uma investigação dos buracos negros historiográficos relacionados com a promoção ou supressão institucional da literatura. Por esse viés, as reflexões sobre a história da literatura passam, necessariamente, pela compreensão do que chamamos de instituição literária e de seu funcionamento como instância reguladora, não só da definição do literário, mas dos procedimentos de seleção e ordenamento de seus objetos na escrita da história. Portanto, investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de trazer à visibilidade as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras. Com isso quero dizer que o conteúdo (seleção de fatos) e estrutura (forma de sua organização) estão imbricados numa formação discursiva dominante cujos efeitos ideológicos ratificam os sentidos e os lugares sociais em que esses são produzidos. Não se trata de considerar as histórias literárias do ponto de vista de seus critérios de veracidade ou correspondência entre narrativa e eventos passados, mas sim de levantar questionamentos sobre que conhecimentos são gerados por seus *constructos* e a quais interesses servem. Com o propósito de encaminhar o foco deste texto, proponho uma moldura de fundo delineada pelas seguintes perguntas: se a narrativa da história da literatura constitui uma forma mental com a qual a cultura aclara seu passado, que compromissos a história da literatura tem com a produção de conhecimentos sobre esse passado? Qual a função hoje da história da literatura enquanto narrativa partícipe de processos de significação e de subjetivação, lugar de identificações culturais/ identidades nacionais? Será que sua função se esgotou ou se trata de conceber quadros de referência para uma nova história da literatura a partir do protagonismo das margens, o qual se torna visível à medida que as pesquisas históricas sobre o passado e a conseqüente recuperação de textos situados nas zonas de sombra e esquecimento desvelam outras leituras, outras perspectivas, em contraponto às conhecidas? Em que termos poderia se conceber uma história da literatura, a partir da reflexão crítica sobre a função do conhecimento em termos de sua atuação transformadora e emancipatória, sobretudo num contexto social/nacional como o nosso?

Uma das mais produtivas linhas de pesquisa desde sua implementação nos anos 1980 é a linha que se ocupa da recuperação da produção literária de autoria de mulheres no século XIX. O descobrimento de um acervo significativo de obras esquecidas em bibliotecas públicas e particulares tem levantado uma série de questões pertinentes sobre os mecanismos de controle da instituição literária e, particularmente, sobre a violência simbólica do sistema de representações processada pela narrativa das histórias da literatura que manteve e mantém a invisibilidade dessa produção, como se a autoria feminina não tivesse existido antes de Rachel de Queiroz e Cecília Meireles. Quando muito, depara-se com um ou outro nome em nota bibliográfica de rodapé! A reconstrução da autoria feminina como objeto de pesquisa e de especulação teórica tem levantado hipóteses sobre as razões de sua exclusão, entre elas a força do discurso crítico, responsável, em última análise, pelo estabelecimento de quadros de referência – critérios de valor e pressupostos interpretativos – que regulam, até mesmo de forma subliminar, as condições de recepção e de circulação de obras e, assim, definem quais são as obras que merecem ser distinguidas como representativas da singularidade discursiva e simbólica da cultura nacional. Cabe ilustrar a questão. No ensaio “Um romance de vida fluminense”, da obra *Estudos de literatura brasileira*, publicado em 1910, o crítico José Veríssimo assim se pronuncia com relação à escritora Júlia Lopes de Almeida:

Não podemos afirmar se têm razão os que declaram que Júlia Lopes de Almeida foi nossa George Sand. Parece-nos mesmo, que não há motivos para, nesse terreno, se fazer comparações e traçar paralelos. Júlia Lopes de Almeida dispunha de personalidade própria, virtude que se evidencia principalmente em seus contos e novelas curtas. Sua obra reflete com brilho e colorido uma época da vida da burguesia rica do Brasil, sem preocupação de crítica social, é verdade, mas com profundo sentimento e compreensão de nossos costumes, preconceitos e falhas. Por vários motivos, pois, Júlia Lopes de Almeida é uma das principais figuras femininas da literatura brasileira<sup>6</sup>.

Muito embora essa afirmação, feita por um dos maiores críticos brasileiros, traduza uma certa ambivalência quanto ao sentido de “crítica social”, o juízo de valor emitido registra claramente uma avaliação positiva quanto à inscrição da referida escritora no cânone da literatura brasileira. Por essa

<sup>6</sup> Veríssimo, “Um romance de vida fluminense”, p. 149.

razão, tanto mais incompreensível quanto menos justificável é a omissão de qualquer referência à Júlia Lopes de Almeida na *História da literatura brasileira*, de 1916, uma das obras fundadoras da historiografia literária e da moderna tradição crítica brasileira. Tal omissão não passaria de mero lapso de esquecimento se não se revestisse de um caráter paradigmático no que diz respeito ao silêncio em torno da produção de autoria feminina do século XIX nas mais importantes obras de cunho historiográfico e crítico da literatura nacional, obras que tiveram um papel fundamental na constituição de um cânone prestigiado com o estatuto de “literatura brasileira” que fixou as fronteiras de um campo de identidade e valor concebido como parte substancial da memória cultural da nação.

Estudos sobre obras de autoria feminina alteram nossas percepções do passado e desestabilizam a configuração dessa identidade, integrando-se a um movimento que Hugo Achugar caracteriza como “fundacional” no sentido de que, através da pesquisa, o passado é reconstruído *post-facto* por gerações do presente através da localização no passado, do “momento que talvez não tivesse o significado que o presente lhe atribui, inventando desse modo o começo da memória”<sup>7</sup>. Esse movimento, que nada tem a ver com a retomada da razão historicista no sentido de estabelecer uma narrativa de origens e finalidade, impulsiona as reflexões sobre processos de constituição dos cânones nacionais como lugares autorizados e privilegiados de projeções imaginárias da identidade que sustentam as representações simbólicas da nacionalidade, reflexões que inevitavelmente levam a considerar a história literária enquanto um dos marcos referenciais da memória nacional já que constitui uma narrativa que pretende descrever o passado literário. Do ponto de vista histórico, a construção da nação moderna, pressuposta nos ideais burgueses do progresso e civilização a partir da integração nacional das diferenças sociais e culturais sob o signo do *pluribus unum*, metáfora do sujeito unitário e universal da nacionalidade, articula-se via um repertório de significados convenientes e desejáveis, formalizados num pacto narrativo de consenso, por meio do qual a história normaliza e regulariza os acontecimentos, fazendo com que a memória coletiva se configure tanto como lembrança quanto como esquecimento<sup>8</sup>. Nela, certos significados são lem-

<sup>7</sup> Achugar, “A escritura da história ou a propósito das fundações da nação”, p. 47.

<sup>8</sup> Evoca-se aqui a concepção clássica de Ernest Renan quando esse afirma que o esquecimento é fator crucial na concepção da nação e que a unidade é sempre conseguida pela violência. Em seu “What is

brados e reafirmados e outros são silenciados e necessariamente excluídos. É nesse sentido que a história literária passa a constituir uma referência dos nexos da nacionalidade, pois seu modelo cristaliza o que se poderia chamar de narrativização da memória nos moldes de uma formação discursiva homogênea e uniformizadora que funciona como um elemento de interpelação através da qual a identidade horizontal do sujeito nacional é construída e protegida dos embates suscitados pela diferença e pela alteridade, ou seja, pelas forças do excluído e do subtraído.

Na medida em que entendermos que os sentidos das representações geradas por essa memória, em forma de arquivo-escritura, revelam uma relação de cumplicidade entre aquilo que pode ser dito e lembrado e posições de autoridade investidas de alto poder regulatório na gestão social e simbólica das diferenças, a história literária e as formações canônicas emergem como lugares histórico-político-discursivos, por excelência, do privilégio de um sujeito enunciador e, conseqüentemente, da produção textual de subjetividades hegemônicas. É no contexto da manutenção desses lugares que se compreende a força do argumento de que a invasão bárbara dos excluídos está deformando ou debilitando o campo literário em seus valores. Sabemos o quanto a memória é operadora de identidade. No momento em que a reflexão histórica remexe os dados estáticos e cumulativos da sua narrativa, abrindo-a para a diferença, a memória deixa de ser retrospectiva para ser prospectiva, em movimento para o futuro e, por isso mesmo, uma projeção de antigas esperanças. A questão da autoria feminina do século XIX é, sem dúvida, uma questão de memória social/cultural pertinente para a discussão sobre pertença ou nacionalidade, por isso constitui pedra de toque para a revisão e reinterpretação do passado nacional. Reincrevendo-se nesse passado o lugar enunciativo das ausências, se desestabiliza a fixidez de sentido e o efeito de totalidade da memória, tal como se inscreve na figura do cânone. É oportuno lembrar que o critério valorativo de um dos críticos da chamada “Trindade crítica” da literatura brasileira do século XIX, Araripe Júnior, está

---

a nation?” [O que é uma nação?], afirma: “the essence of a nation is that all individuals have many things in common, and also that they have forgotten many things” [a essência de uma nação é que todos os indivíduos têm muitas coisas em comum, e também que eles esqueceram muitas coisas]. *Apud*: Bhabha, Homi K. *Nation and narration*, p. 11. Ver também o texto de Halbwachs, Maurice. *La mémoire collective*. Nossa proposição de que a história literária cristaliza uma modalidade de memória coletiva, em sintonia com a história oficial, se distancia do conceito de memória coletiva apresentada por Halbwachs, cujas características básicas seriam a instabilidade e a impermanência.

calcado no “esquema másculo”<sup>9</sup>, o qual aglutina as qualidades artísticas dos textos de autoria masculina e que se consolidou na expressão “estilo viril”, que ocorre com frequência no discurso crítico brasileiro, deixando muito clara a contaminação de critérios estéticos, pretensamente objetivos, por um discurso gendrado, declinado pela ótica masculina e presente em obras tão diversas quanto a de José Veríssimo, *Estudos de literatura brasileira* (1910), a de Olívio Montenegro, *O romance brasileiro* (1938), a de Mário da Silva Brito, *História do modernismo brasileiro* (1964), e a de Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira* (1965). Nessa direção, são elucidativas as palavras de Silviano Santiago:

Ao dizer que a discussão estética hoje levanta a questão do gênero (estética feminina), segue-se como consequência que ela também pode ser tida agora como *explícita*, e *enfraquecidamente* masculina. A adjetivação do substantivo estética por masculino ou feminino significa que o que era dado como universal pelos compêndios de filosofia que tratavam dos problemas estéticos nada mais era do que a confusão entre universalidade e masculinidade, ou seja, era universal tudo o que recalcava o que não era masculino<sup>10</sup>.

Voltando para o caso da escritora Júlia Lopes de Almeida e o seu não-lugar na história da literatura brasileira, gostaria de tecer algumas considerações sobre o seu romance inaugural, *Memórias de Marta*<sup>11</sup>, cuja primeira edição data de 1888, bem como sobre o romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, para ilustrar questões de representação e relações diferenciais em relação a obras canônicas de seu tempo. Como já referido no título, o romance de Lopes de Almeida constitui uma narrativa de memórias, com forte notação subjetiva e reflexiva, em que a nostalgia pela perda dos sonhos da juventude é nuançada por um certo viés determinista sem chegar, contudo, à morbidez fatalista de um Brás Cubas, mas aproximando-se do tom melancólico de Sérgio, narrador/protagonista de *O ateneu*, obra publicada no mesmo ano de *Memórias*. A maior parte do relato de *Memórias* é constituída de reminiscências do período em que Marta habitava um cortiço na cidade do Rio de

<sup>9</sup> Conforme o texto de minha autoria “Cultura e dominação: o discurso crítico no século XIX”, pp. 83-90.

<sup>10</sup> Santiago, “Arte masculina?”, p. 100.

<sup>11</sup> O romance foi reeditado em 2007, pela Editora Mulheres, com introdução, atualização do texto, cronologia e notas de Rosane Saint-Denis Salomoni.

Janeiro, fato que aponta o pioneirismo do romance em termos de cenário e concepção de personagens de uma classe social desfavorecida, uma vez que antecede em dez anos a publicação de *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, primeiro romance brasileiro, segundo atesta a crítica, a conceber uma trama ficcional nesse ambiente. Filha de uma lavadeira, Marta é uma despossuída economicamente, e, apesar das condições adversas que o pertencimento de classe e de gênero lhe impõe, luta em busca de melhores condições de vida sem perder as noções de integridade, dignidade e autonomia que sua mãe lhe havia passado. A recuperação da vida através do acesso à educação, num contexto nacional marcado por índices altíssimos de analfabetismo e miséria, é o ensinamento que Marta deixa para a sua filha, a quem dedica o relato de suas memórias, reafirmando assim o elo afetivo e o legado de vida entre três gerações de mulheres. Na comparação com *O cortiço*, o que chama atenção é a diferença da relação entre narrador e o mundo narrado e a postura ideológica em relação às personagens. Em *Memórias*, um romance também concebido sob o influxo das teorias deterministas e positivistas que circulavam no período, as personagens são delineadas a partir de uma focalização caracterizada pela sensibilidade e pela solidariedade que coloca em relevo a situação-limite em que vivem, as limitações e os condicionamentos gerados num cenário cruel de desigualdades sociais, sem engessá-las em imagens estereotípicas, ao contrário de *O cortiço*, em que o excesso de estereótipos indicia um regime discursivo que explicita o lugar social de onde fala o narrador, um lugar que detém o poder da voz e do olhar – e da avaliação – na representação de um mundo visto como inferior. Por esse ângulo, as analogias de personagens homens a “minhocas”, “larvas de esterco” e a “plantas rasteiras”, e a de personagens mulheres a seres abjetos, como no caso das escravas do Miranda, e a seres volúveis, obscenos e do mal – o diabo encarnado, no caso de Rita Baiana, a “preta fedorenta”, “mancha negra”, no caso de Bertoleza – veiculam uma forma de conhecimento que desconhece a humanidade do outro enquanto outro e que, portanto, se torna cúmplice das relações de poder num sistema binário e hierárquico de classe social, de raça e de gênero.

No caso do romance *Ursula*<sup>12</sup>, cuja publicação precede em dezesseis anos o surgimento de *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, aclamado

<sup>12</sup> Reeditado pela Editora Mulheres em 2004, com Posfácio de Eduardo de Assis Duarte.

pela crítica como o primeiro romance abolicionista brasileiro, a questão da escravidão não se reduz a um embate retórico para cujo impasse é buscada uma solução amorosa, concretizada nos termos do artificialismo igualitarista forjado pela ideologia do branqueamento<sup>13</sup>, mas uma narrativa de contornos dramáticos que não suprime, mesmo em sua visada romântica, o horizonte histórico do horror e do despotismo do regime escravocrata do Segundo Império. A humanização de personagens escravos como Mãe Susana, que, pelo trabalho da memória, preserva imagens da terra natal e evoca o drama da travessia, ou de Túlio, cuja consciência de ser escravo em terra estranha alimenta a resistência da alma “encerrada nas prisões do corpo”<sup>14</sup>, contrasta visceralmente com a desumanização de Isaura, sua passividade e mudez diante da desqualificação de sua memória e da proibição de lembrar da própria mãe como condição para manter o status de escrava branca e usufruir dos privilégios – como o de cantar e tocar piano – concedidos pela sua benevolente senhora. Importa sublinhar aqui que o branqueamento de Isaura inscreve uma necessidade narrativa, pois só assim ela poderia se alçar à condição, socialmente aceitável, de protagonista de um amor romântico possível com um homem branco. Decisões autorais sobre questões narrativas como seqüências da trama (início, meio e fim), caracterizações, história e narração incorporam valores constitutivos do tecido social e cultural, por isso são decisões que envolvem uma dimensão estética e ética, pressupondo, portanto, uma responsabilidade em relação ao dizer/fazer.

Os romances de Júlia Lopes de Almeida e de Maria Firmina do Reis articulam, em suas estruturas de representação, signos diferenciados de identidade e sentido, outras interpretações de pertencimento e sociabilidade que interrogam e/ou deslocam os valores subjacentes à produção de subjetividades hegemônicas inscritas na figura do sujeito da nacionalidade e geradas pelos mecanismos de interpelação, presentes nas narrativas canônicas. Na condição de textos limiares, produzidos nas margens da nação, os referidos romances configuram uma diferença que pode ser considerada pela lógica do suplemento, pois são textos que acrescentam e completam, como se compensassem uma lacuna, o que se pressupunha completo, ou

<sup>13</sup> Sobre a ideologia do branqueamento, ver *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, de Thomas Skidmore.

<sup>14</sup> Reis, *Úrsula*, p. 36.

seja, a narrativa da história da literatura do século XIX. Se a história da literatura, sustentada pela formação canônica, pode ser tomada como uma narrativa fundadora da nacionalidade na qual o gênero – investimentos em construções singulares de identidades masculinas e femininas – constituiu um dos meios de fortalecimento do poder masculino, é de extrema importância histórica que se examinem os textos de autoria feminina, suprimidos e excluídos do campo de investigação literária. Optar por esse caminho pode significar uma intervenção transformadora nos discursos da genealogia da cultura e literatura nacionais, com repercussões sobre o nosso entendimento sobre como imaginários sociais foram produzidos e como identidades e tradições foram instituídas. Nesse contexto, a interdependência teórico-crítica das categorias de gênero e nação constitui um aporte de importância vital para se questionar os ideogramas da nacionalidade gerados sob o signo de uma escrita exclusivamente masculina, e para problematizar as determinações culturais de critérios interpretativos e de valor vigentes no contexto da academia. Isso significa, nada mais nada menos, do que colocar em cena a disputa política sobre valores na reinterpretação do passado.

Por mais complexa que possa ser a construção de critérios e metodologias adequadas para reconstruir uma história da literatura compatível com o conhecimento sobre o passado na perspectiva do presente, esse é um desafio do qual não podemos nos furtar sob o risco de apenas contornarmos a questão que volta como obsessão e compulsão, porque ainda não enfrentada, que é a pergunta sobre quem somos nós. Sabemos que a identidade é uma ficção necessária construída pela negação da origem via processos de deslocamento e de diferenciação. É somente por essa via que o desejo por identidade se materializa, oferecendo ao sujeito a ilusão de uma presença/pertença, o acesso a uma imagem que assume e com a qual se identifica. Essa ficção, entretanto, não é sinônimo de algo fictício<sup>15</sup>, mas um *constructo* que torna possível o exercício da subjetividade e a inserção do sujeito na vida social e cultural de seu tempo. O mesmo imperativo psíquico atua na vida da comunidade da nação que, multifacetada, múltipla e plural do ponto de vista sociológico, antropológico, político e cultural, deseja o acesso a imagens com as quais possa se identificar e na qual possa se reconhecer. Essa imagem, do

<sup>15</sup> Aproprio-me aqui de noção de país fictício, elaborada por José Murilo de Carvalho no ensaio “Brasil: nações imaginadas”, de seu *Pontos e bordados: escritos e história e política*.

ponto de vista da história da literatura brasileira, é ainda fictícia na medida em que não diz nada sobre as mulheres no cenário literário da construção da identidade brasileira.

É evidente que a noção de um modelo historiográfico constituído como registro cumulativo pretensamente objetivo de fatos auto-evidentes dentro de um contexto de continuidades numa linha cronológico-evolutiva da história está definitivamente desacreditada e descartada. Por outro lado, cresce o interesse na teoria dos sistemas, devedora do pensamento de Niklas Luhmann, Pierre Bourdieu e Siefreid Schmidt, bem como de Tamar Even-Zohar, responsável pela elaboração da noção de polissistemas. Contudo, até o momento, como afirmam os estudiosos Douwe Fokkema e Elrud Ibsch, tal teoria se apresenta, “no mínimo como instrumento heurístico e, no máximo, uma hipótese que ainda não foi descartada”<sup>16</sup>. Mesmo que a sistematização proposta pela teoria dos sistemas abandone pressupostos de unidade, regularidades e totalidade em favor da coexistência de confluências e discontinuidades com relação aos fatos literários de um momento histórico, temo que, na prática, essa sistematização descritiva possa ser suscetível de redução a uma nova versão neoformalista da história da literatura, incapaz de dar conta das tensões e contradições históricas, políticas e ideológicas que envolvem a literatura no campo da cultura, ainda mais se tomarmos a cultura não como consenso, mas como um entrelaçamento complexo de sentidos e valores que nem sempre se apresentam alinhados de forma colaborativa, mas divergentes, antagônicos e mesmo em conflito.

Num momento em que as áreas das Humanas lutam para afirmar sua relevância social num cenário em que proliferam situações de risco para a sobrevivência do planeta e também para a nossa, como espécie, os estudos literários têm a possibilidade de contribuir para os debates sobre o que significa sustentabilidade. O sentido do termo, a preservação do meio ambiente de maneira que todas as formas de vida sejam preservadas em sua integridade e sua dignidade, requer, como seu fundamento, a construção de uma consciência ética coletiva para a qual os saberes sobre as diferenças enquanto diferenças, precisam convergir. É verdade que falar da diferença e escrever livros sobre o assunto não auxilia no encaminhamento de uma

<sup>16</sup> Fokkema e Ibsch, *Conhecimento e compromisso: uma abordagem voltada aos problemas dos estudos literários*, p. 157.

solução para o problema ambiental global ou para o problema da exclusão social no país<sup>17</sup>, nem tampouco diminui a taxa de violência, de discriminação racial ou minimiza o fato de que 50% da população brasileira não dispõem de saneamento básico. Não é esse o papel dos estudos literários e nem dos docentes, pesquisadores ou intelectuais dessa área que, caso quisessem solucionar algo dessa natureza, teriam certamente escolhido outras profissões. Penso que os estudos literários podem articular o seu papel educacional com uma função social de relevância na medida em que abrirem o campo de reflexão e crítica às formas de silenciamento, de exploração e destituição do humano. Mas isso só se tornará possível mediante decisões de caráter ético, estético e político com vistas à construção de um pensamento diferencial que possa deslocar o universalismo abstrato construído pelas subjetividades engendradas pelas hegemonias da história única, seja a do passado nacional, seja a da aldeia globalizada. Nessa linha, o papel de uma nova história da literatura viria ao encontro da necessária reeducação das capacidades do discernimento, da sensibilidade e do respeito incondicional à alteridade, capacidades necessárias à formação de competências de viver e com as quais poderíamos reinventar o passado e, conseqüentemente, a nós mesmos. Não pode ser outro, senão esse, o compromisso diante do que significa existir no presente.

## Referências bibliográficas

- ACHUGAR, Hugo. “A escritura da história ou a propósito das fundações da nação”, em MOREIRA, Maria Eunice (org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Memórias de Marta*. Introdução, atualização do

<sup>17</sup> Refiro-me aqui a uma colocação feita por Lucia Helena, organizadora de *Literatura, intelectuais e a crise da cultura*. Em sua Introdução, faz uma crítica à disseminação do termo “diferença” como parte de um jargão associado ao elogio do emergente ou excluído. Diz ela: “Parece que, ao falar da diferença, ao escrever sobre o assunto uma centena de livros – alguns dos quais deploráveis e superficiais –, estamos encaminhando uma solução para o problema da exclusão social”. Mais adiante, comenta a falta de um exame mais aprofundado da complexidade do projeto moderno como repositório de “gama extraordinariamente mais ampla de aspectos do tratamento desse problema” (p. 18). Se considerarmos que o conceito de diferença, segundo o pensamento derrideano (embora Derrida não o considere um conceito), não diz respeito a uma essência ou oposição, mas a um movimento, uma referência à alteridade e ao heterogêneo, poderíamos pensar que o projeto moderno, visto sob o viés filosófico e político de suas práticas, foi de negação sistemática do heterogêneo e da alteridade.

- texto, cronologia e notas de Rosane Saint-Denis Salomoni. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.
- BHABHA, Homi K. (ed.). *Nation and narration*. London: Routledge, 1990.
- CAMPUZANO, Luisa. *Mujeres latinomericanas: historia y cultura, siglos XVI al XIX*. Iztapalapa: Casa de Las Americas/Universidad Autónoma Metropolitana, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- CONNOR, Stephan. *Theory and cultural value*. Cambridge: Blackwell, 1992.
- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução*. Trad. de Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FOKKEMA, Douwe e IBSCH, Elrud. *Conhecimento e compromisso: uma abordagem voltada aos problemas dos estudos literários*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- FRANCO, Jean. *Plotting women*. New York: Columbia University Press, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.
- HELENA, Lucia (org.). *Literatura, intelectuais e a crise da cultura*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/CNPq, 2007.
- JOBIM, José Luis. *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MASIELLO, Francine. "Women, family and culture in 19th century Argentina", em VIDAL, Hernán (ed.). *Cultural and historical grounding for Hispanic and Luso-Brazilian feminist literary criticism*. Minneapolis: Minesota, 1989.
- MOREIRA, Maria Eunice. "História da literatura e identidade nacional brasileira". *Revista de Letras*, v. 43, nº. 2. São Paulo, UNESP, jul.-dez. 2003, pp. 59-83.
- PRATT, Mary Louise. "Mulher, literatura e irmandade nacional", em HOLLANDA, Heloisa Buarque (ed.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Las mujeres y el imaginario nacional en el siglo XIX". *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, año XIX, nº. 38, p. 56.
- SANTIAGO, Silviano. "Arte masculina?", em NOLASCO, Sócrates (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

- SCHMIDT, Rita Terezinha. “Cultura e dominação: o discurso crítico no século XIX”. *Letras de Hoje*, v. 32, n.º. 3, set. 1997, pp. 83-90.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VERÍSSIMO, José. “Um romance de vida fluminense”, em \_\_\_\_\_. *Estudos de literatura brasileira*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1977.
- WELLEK, René. “The fall of literary history”, em \_\_\_\_\_. *The attack on literature and other essays*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982.

Recebido em maio de 2008.

Aprovado para publicação em junho de 2008.